

# Acabam incentivos às

Sayad explica que prioridade agora é combater

**indústrias**  
fome e desemprego

Nos próximos quatro anos a indústria não mais terá recursos governamentais para fazer o seu desenvolvimento, anunciou ontem o ministro João Sayad, do Planejamento, ao participar do segundo encontro nacional dos conselhos regionais de economia, no San Marco Hotel. Explicou que serão extintos, para o setor, os grandes incentivos (fiscais, tarifários e outros) concedidos até o final do governo passado. Acentuou, entretanto, que o Governo vai apoiar segmentos, como a informática, a química e a metalurgia finas, através do apoio tecnológico, tarefa que será impulsionada pelas universidades institutos de pesquisa.

O ministro João Sayad, ao abrir pela primeira vez ao debate público as principais linhas do IV Plano Nacional de Desenvolvimento — IV PND, declarou que o Governo vai alocar o grosso dos seus investimentos para o combate “aos gravíssimos problemas da fome e do desemprego”, e atuará diretamente para reduzi-los, com o auxílio administrativo de estados, municípios e até de entidades privadas. Revelou que a prioridade será das áreas da saúde, educação, justiça, agricultura e saneamento básico. Essa orientação, explicou o ministro-chefe da Seplan, já estará presente no orçamento fiscal do próximo ano.

Com relação à agricultura, disse que o setor pode contar “com uma oferta firme de recursos”, que serão oferecidos a uma taxa de juros realista, junto com uma política de preços remuneradores. O documento que o presidente José Sarney prefere chamar de I Plano Nacional de Desenvolvimento (a informação foi dada pelo ministro-chefe da Seplan) enfatiza uma preocupação, a médio prazo, com a recuperação do nível de emprego e do salário real.

Em sua exposição de um pouco mais de quarto de hora, o ministro João Sayad ressaltou que o Governo tem uma preocupação imediata com o curtíssimo prazo, no sentido de combater a instabilidade da economia brasileira. Para isso, segundo ele, serão cortados, com o apoio político necessário, algumas fontes de dispêndios públicos, que efetivamente signifiquem poupança. “Esta é a primeira preocupação”. A segunda, disse Sayad, será o aumento dos impostos. “Vamos precisar elevar os impostos, e, para isso, vamos negociar com o setor privado e com o Congresso. O corte dos gastos públicos não é suficiente para resolver o problema do déficit público” — assinalou o ministro do Planejamento. A outra

preocupação governamental é a redução das taxas de juros.

## POLÍTICA SALARIAL

O ministro-chefe da Seplan, ao responder indagação de um economista de Minas Gerais, disse não ter dúvidas de que aumentos reais de salários na economia brasileira gerariam apenas uma exacerbação inflacionária, constatação que, segundo ele, decorre das dificuldades atuais das relações entre capital e trabalho. Sayad acha que as indústrias pretendem dar aumentos mais freqüentes juntamente com repasses também mais freqüentes. “É uma proposta que não pode ser aceita pelo Governo”. O economista, autor da indagação, manifestava as suas dúvidas em relação à tese de que aumento de inflação é fator gerador de inflação.

No entendimento do economista mineiro, um aumento real de salários reduziria a capacidade ociosa do parque industrial brasileiro. Para o ministro Sayad, a questão da capacidade ociosa é controversa, pois, a seu ver, com taxas de juros tão elevadas, o setor privado não mantém e nem poderia manter estoques de “coisa alguma”, porque, segundo ele é difícil encontrar produtos ou atividades em que a manutenção dos estoques seja mais remuneradora que a manutenção dos ativos financeiros.

Sayad, ao responder indagação de um economista do Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas, sobre a manutenção dos incentivos fiscais conquistados pela Zona Franca de Manaus, Finam e Finor, informou que a comissão que avalia os incentivos fiscais já apurou que há problemas de evasão e má gerência desses incentivos. “Há um grande espaço para aperfeiçoamento nessa área” — assinalou.